

JUSTIÇA 2005-2007

DOIS ANOS COM RESULTADOS PARA AS EMPRESAS



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



JUSTIÇA COM INICIATIVA, JUSTIÇA COM RESULTADOS

Iniciativa ao serviço das empresas

- A Justiça está finalmente ao serviço do desenvolvimento económico e do investimento.
- Entre 2005 e 2007, o Ministério da Justiça adoptou dezenas de medidas para simplificar procedimentos, eliminar actos inúteis e reduzir os custos de contexto para as empresas nas áreas dos registos, do notariado e da propriedade industrial.

Iniciativa ao serviço das empresas

- Com as medidas adoptadas as empresas passaram a gastar menos tempo e dinheiro com deslocações e formalidades inúteis.
- O tempo e o dinheiro das empresas ficou mais disponível para novos investimentos e para a criação de emprego.

Iniciativa ao serviço das empresas

- Para adoptar medidas de redução dos custos de contexto para as empresas, o Ministério da Justiça ouviu, decidiu, executou e, agora, apresenta resultados.

JUSTIÇA 2005-2007

DOIS ANOS COM RESULTADOS
PARA AS EMPRESAS

Empresa
na hora

JUSTIÇA COM INICIATIVA, JUSTIÇA COM RESULTADOS


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA


Justiça
com
Iniciativa

Empresa na Hora

- Em 14 de Julho de 2005 foi lançada a Empresa na Hora.
- Passou a ser **mais fácil, mais rápido, mais barato e mais seguro** constituir empresas em Portugal.
- Com a Empresa na Hora passou a ser possível criar uma sociedade em apenas **50 minutos**, em **atendimento único**, nas conservatórias do registo comercial e nos CFEs (tempo médio em Janeiro de 2007).
- Antes, em média, demorava 25 a 30 dias a constituir uma sociedade em Portugal.

Empresa na Hora

- Passou a ser mais barato constituir sociedades comerciais:
 - A “Empresa na Hora” custa **300€** ou **360€**+ imposto de selo;
 - Constituir uma sociedade pela via tradicional custa sempre mais de **500€**+imposto de selo.
- Até final de Janeiro de 2007 foram constituídas mais de **20.000 Empresas na Hora.**
- **59% das sociedades** constituídas em Portugal nos últimos 6 meses são “Empresas na Hora”.

Empresa na Hora

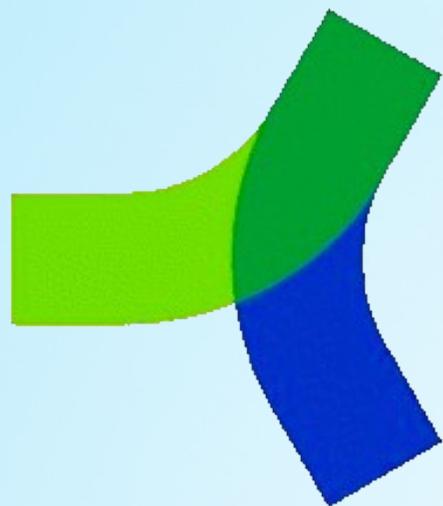
- Em 2006, com a Empresa na Hora, Portugal foi **mundialmente reconhecido**:
 - **Primeiro lugar** no prémio europeu de iniciativa empresarial na categoria “redução da burocracia”, num concurso patrocinado pela Comissão Europeia que envolveu centenas de participantes de diferentes Estados Europeus.
 - Considerado o **“top reformer”** no relatório “Doing Business” do Banco Mundial.

Empresa na Hora

- A Empresa na Hora constitui um incentivo ao investimento estrangeiro em Portugal.
- Evolução de Portugal no *ranking Starting a Business* do Banco Mundial, entre 155 países:
 - ➔ 113º antes da Empresa na Hora
 - ➔ 33º depois da Empresa na Hora
- Em apenas um ano Portugal subiu **80 posições**.

JUSTIÇA 2005-2007

DOIS ANOS COM RESULTADOS
PARA AS EMPRESAS



Documento Único Automóvel

JUSTIÇA COM INICIATIVA, JUSTIÇA COM RESULTADOS


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA


Justiça
com
Iniciativa

Documento Único Automóvel

- Em 31 de Outubro de 2005 foi lançado o projecto Documento Único Automóvel.
- Desde essa data passou a ser emitido o **Certificado de Matrícula**, para todos os veículos registados no continente.
- O Certificado de Matrícula substituiu o livrete e o título de registo de propriedade.
- Até final de Janeiro de 2007 foram emitidos **2.132.122 certificados de matrícula.**

Documento Único Automóvel

- Reduziram-se as deslocações das empresas:
 - Criaram-se “balcões únicos” onde as empresas passaram a poder praticar todos os actos relativos à sua frota automóvel, incluindo registos e modificação das características dos veículos.
 - O certificado de matrícula passou a ser enviado para a sede da empresa, sem necessidade de deslocações à conservatória ou à DGV.

Documento Único Automóvel

- Reduziu-se o tempo para a obtenção dos documentos:
 - Passou a ser mais rápido obter o Certificado de Matrícula do que o livrete e o título de registo de propriedade.

Portal MJ – Publicação On-Line de Acto Societário

http://publicacoes.mj.pt/Pesquisa.asp?NIPC=&Firma=&dfDistrito=07&dfConcelho=05é

Portal da Justiça

A Justiça ao serviço do cidadão e das empresas

Publicação On-Line de Acto Societário

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Página Inicial **Pesquisar** Pedido de Publicação Como está o seu pedido? Legislação

Pesquisa de Publicação

NIF/NIPC

Entidade

Distrito Évora

Concelho Évora

Pesquisar Publicações entre e (A data deve ser inserida no formato AAAAMDD)

Tipo de Publicação Todos os actos Publicação Acto de Registo Outras Publicações

Pesquisar **Limpar**

Data	NIF /NIPC	Entidade	Concelho	Acto/Facto
2006-02-07	507634179	MORESIZE - MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA UNIPessoal LDA	Evora	Contrato de sociedade, designação de membro(s) de orgão(s) Conteúdo
2006-02-04	500697884	CERCIDIANA - COOPERATIVA PARA EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO E INSERÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS DE ÉVORA CRL	Evora	Designação de órgãos sociais Conteúdo
2006-02-04	503188107	CURVA DE NÍVEL - GABINETE DE TOPOGRAFIA E ENGENHARIA LDA	Evora	Cessação de funções de membro(s) do(s) orgão(s) social(ais) Conteúdo
2006-02-04	506711676	CASARIOS DO MONTE - MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LDA	Evora	Cessação de funções de membro(s) do(s) orgão(s) social(ais) Conteúdo
2006-02-03	502456124	BOIALVO & BADAGOLA LDA	Evora	Aumento do capital Conteúdo

Done

Publicações on-line dos actos das empresas

- Em 1 de Janeiro de 2006 as empresas deixaram de publicar os actos relativos à sua vida na III série do Diário da República (DR).
- Os actos das empresas passaram a ser publicados no site www.mj.gov.pt/publicacoes.
- A publicação passou a ser muito mais rápida e barata.

Publicações on-line dos actos das empresas

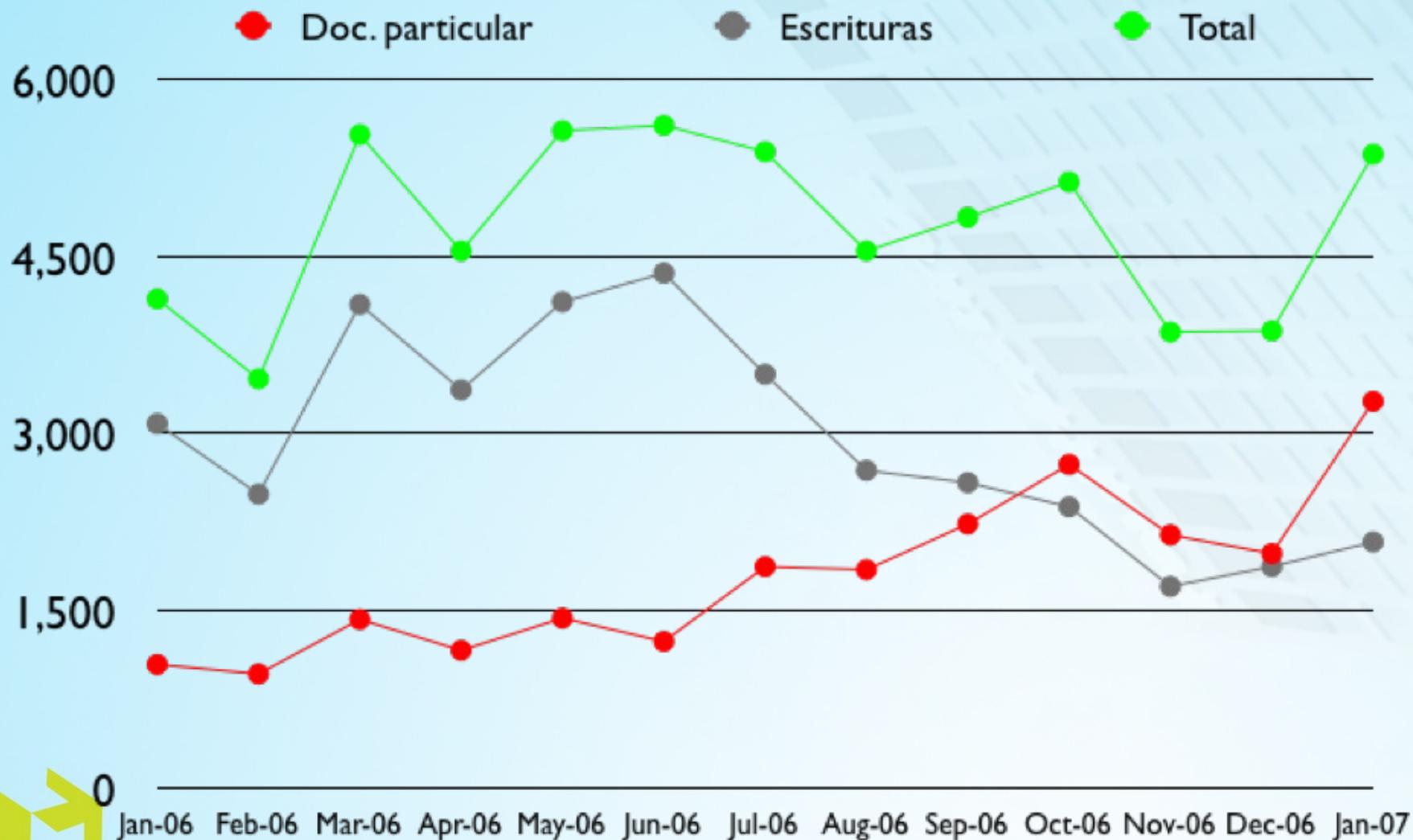
- Até ao final de Janeiro de 2007 foram publicados **287.274 actos on-line**;
- As empresas passaram a poupar **15 a 17M€/ano**.

Escrituras públicas facultativas

Fim do duplo controlo de legalidade

- Em 30 de Junho de 2006, **todas as escrituras notariais sobre actos da vida das empresas passaram a ser facultativas.**
- **Acabou o duplo controlo de legalidade**, que era efectuado pelo notário e pelo conservador do registo.
- O único controlo obrigatório passou a ser realizado na conservatória do registo comercial.

Escrituras públicas facultativas Fim do duplo controlo de legalidade



Escrituras públicas facultativas Fim do duplo controlo de legalidade

- Deixaram de ser obrigatórias cerca de **65.000** escrituras/ano.
- Em Janeiro de 2007, mais de **60%** dos actos de registo comercial foram praticados sem escrituras públicas: **3.282 actos sem escritura.**

Eliminação dos livros da escrituração mercantil

- Em 30 de Junho de 2006, foram **eliminados todos os livros de escrituração mercantil**, excepto o livro de actas.
- As empresas deixaram de ser obrigadas a **legalizar o inventário, o diário, o razão, o balanço e o copiador nas conservatórias**.
- O livro de actas não foi eliminado, mas deixou de ser legalizado nas conservatórias.

Eliminação dos livros da escrituração mercantil

- Cerca de **500.000 actos de controlo** deixaram de ser obrigatórios.
- As empresas passaram a poupar anualmente mais de **60M€** em custos directos e indirectos.

Autenticações e reconhecimentos mais fáceis e mais baratos

- A partir de 30 de Junho de 2006, os advogados, os solicitadores, as câmaras de comércio e indústria e as conservatórias passaram a poder autenticar documentos e reconhecer assinaturas presencialmente.
- Antes, só os notários podiam praticar estes actos.
- Está em causa, por exemplo:
 - Reconhecer uma assinatura num contrato-promessa de compra e venda de um imóvel;
 - Fazer uma procuração para adquirir um imóvel.

Autenticações e reconhecimentos mais fáceis e mais baratos

- Só nas conservatórias, já foram realizadas **12.162** autenticações/reconhecimentos presenciais até Janeiro de 2007.
- Os preços desceram: o custo das autenticações e reconhecimentos presenciais nas conservatórias é **28% a 60%** mais barato do que antes desta medida.

JUSTIÇA 2005-2007
DOIS ANOS COM RESULTADOS
PARA AS EMPRESAS

Empresa on-line



JUSTIÇA COM INICIATIVA, JUSTIÇA COM RESULTADOS


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA


Justiça
com
Iniciativa

Empresa on-line

Constituição de sociedades pela Internet

- Em 30 de Junho de 2006, passou a ser possível constituir sociedades comerciais pela Internet.
- Passou a ser mais cómodo constituir sociedades: evitam-se todas as deslocações.
- Passou a ser **mais barato** constituir sociedades:
 - A “Empresa *on-line*” custa 360€ ou 300€+imposto de selo;
 - Constituir uma sociedade pela via tradicional custa sempre mais de 500€+is.

Empresa on-line

Constituição de sociedades pela Internet

- Até Janeiro de 2007, já foram constituídas 191 "Empresas on-line", com uma taxa de crescimento mensal de 39%.



Empresa *on-line*

Registo comercial na Internet

- Em 20 de Dezembro de 2006, passou a ser possível solicitar a prática de **actos de registo comercial pela Internet**, com **eliminação de todas as deslocações**.
- As empresas poupam com o registo comercial *on-line*: os actos de registo comercial passaram a ser **15€ mais baratos**.
- Até Janeiro de 2007 foram praticados 117 actos de registo comercial pela Internet.

Empresa *on-line* Certidão permanente

- Em 20 de Dezembro de 2006 foi disponibilizado um novo serviço de valor acrescentado para as empresas: a certidão permanente.
- Passou a permitir-se que a empresa pague, para ter uma **certidão permanentemente disponível e actualizada num *sítio na internet*** gerido pelo Ministério da Justiça.

Certidão permanente

- Enquanto a certidão estiver on-line, **nenhuma entidade pública ou privada pode exigir à empresa que pagou este serviço uma certidão em papel.** Fica obrigada a consultar o site.

Ex: A empresa entrega o código da certidão permanente aos serviços da câmara municipal quando pedir uma licença de construção e estes não lhe podem exigir a entrega de certidão em papel (podem consultar a informação no www.empresonline.pt, utilizando o código entregue).

Certidão permanente

- Entre 20 de Dezembro de 2006 e 31 de Janeiro de 2007 foram emitidas **10.981 certidões permanentes.**

Marca *on-line*

- Em 22 de Dezembro de 2006, passou a ser possível **apresentar, através da Internet, todos os pedidos relacionados com marcas nacionais.**
- Os pedidos relacionados com marcas solicitados pela Internet são **10% a 30% mais baratos.**
- As empresas passaram a **poupar 3,4M€** em custos directos e indirectos, por ano.

Marca *on-line*

- Em Janeiro de 2007, **58% dos pedidos de marcas nacionais** foram realizados através da Internet (**1418 pedidos**).

Praticar qualquer acto em qualquer conservatória Eliminação da competência territorial

- Em 1 Janeiro de 2007 passou a ser possível a qualquer sociedade praticar qualquer acto de registo em qualquer uma das mais de 300 conservatórias do registo comercial.
- Os serviços ficaram mais próximos das empresas, que poupam em deslocações.

JUSTIÇA 2005-2007

**DOIS ANOS COM RESULTADOS
PARA AS EMPRESAS**

YES

Informação Empresarial Simplificada

JUSTIÇA COM INICIATIVA, JUSTIÇA COM RESULTADOS


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA


Justiça
com
Iniciativa

Um novo passo: a IES

- Em 17 de Janeiro de 2007 foi publicado o Decreto-Lei n.º 8/2007, que cria a **Informação Empresarial Simplificada (IES)**;
- A IES é uma **nova forma de entrega electrónica e totalmente desmaterializada** de prestação de contas pelas empresas ao Estado;
- Permite cumprir 4 obrigações de uma só vez.

IES: 4 obrigações cumpridas com 1 só declaração

- As empresas estavam obrigadas a **prestar 4 vezes a mesma informação** sobre as suas contas anuais a **4 entidades diferentes**, por 4 meios diferentes:
 - Registo da prestação de contas, em papel, nas conservatórias de registo comercial do MJ;
 - Entrega da declaração anual de informação contabilística e fiscal à Administração Fiscal;
 - Entrega de informação estatística ao INE;
 - Entrega de informação estatística ao Banco de Portugal.

IES: 4 obrigações cumpridas com 1 só declaração

- Com a IES, em 2007, estas **4 obrigações passam a ser cumpridas num único momento**, por via electrónica, através da Internet.
- A IES **elimina deslocações e tempo gasto pelas empresas** com o preenchimento de diferentes formulários e modelos.
- A IES torna o registo da prestação de contas **mais barato** para as empresas: Em 2007, passa a custar **85€**. Em 2005, custava, pelo menos, 126€.

A Justiça ao serviço das empresas

- Em 2005, 2006 e 2007, a Justiça passou a estar ao serviço das empresas no registo comercial e actos notariais:
 - Criaram-se serviços inovadores, como a Empresa na Hora e o DUA;
 - Eliminaram-se actos de registo comercial inúteis;
 - Eliminaram-se escrituras dispensáveis;
 - Criaram-se serviços *on-line* de registo comercial e propriedade industrial;

A Justiça ao serviço das empresas

- Em suma:
 - Os serviços passaram a estar ao serviço das empresas;
 - Reduziram-se custos directos e indirectos para as empresas, libertando esses recursos para o investimento e para a criação de emprego.

JUSTIÇA 2005-2007

DOIS ANOS COM RESULTADOS PARA AS EMPRESAS



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



JUSTIÇA COM INICIATIVA, JUSTIÇA COM RESULTADOS